



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

13/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Projeto torna obrigatória equiparação salarial entre homens e mulheres para funções idênticas

Pelo texto em análise na Câmara dos Deputados, a fiscalização da medida ficará a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, sem prejuízo da atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT).

De autoria da deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP), a proposta acrescenta a medida à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Constituição Federal já proíbe a diferença de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil. O Brasil também tem compromissos no plano internacional com o tema, a exemplo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

“O intuito desse projeto é efetivar, na esfera das relações de trabalho, o princípio constitucional da igualdade entre mulheres e homens”, afirma a deputada. “A ideia é colocar na legislação, sob forma mandatária, a igualdade consagrada em dispositivos constitucionais e internacionais destinados a prevenir e coibir quaisquer práticas discriminatórias lesivas à dignidade das mulheres”, completa.

A parlamentar cita dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais as mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. “Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens”, ressalta a parlamentar.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 13 de fevereiro.

Equipe econômica avalia mudança nas metas de inflação, mas faz ressalvas sobre resultados

A equipe econômica avalia a possibilidade de elevar as metas de inflação já estabelecidas em meio à pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre o Banco Central por juros mais baixos, mas apresenta ressalvas sobre as eventuais alterações.

As atuais metas são 3,25% em 2023 e 3% em 2024 e 2025, com margens de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos. O alvo é considerado "inexequível" pela presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann. Lula, por sua vez, vê como ideal o patamar de 4,5%, o mesmo fixado em seus dois primeiros mandatos.

Uma revisão para cima do objetivo a ser perseguido pelo BC em 2024 abriria espaço para que o início do corte de juros fosse antecipado –hoje a taxa básica (Selic) está em 13,75% ao ano. No governo, há um temor de que as taxas elevadas comprometam o crescimento da economia.

A equipe econômica do governo pondera, entretanto, que qualquer mudança na política monetária leva até 18 meses para surtir efeito pleno na economia. Ou seja, uma leve alteração na meta não provocaria uma redução dos juros no curto prazo e o impacto sobre a inflação só seria sentido em 2024. Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de fevereiro.

Emprego no setor público bate recorde com impulso de vagas sem carteira

O número de empregados do setor público bateu recorde com o impulso da abertura de vagas de trabalho sem carteira assinada no Brasil, indicam dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse movimento vem sendo puxado pelos municípios, que, segundo economistas, tentam recompor o quadro de funcionários sem gerar uma pressão permanente sobre as finanças públicas.

Com as restrições fiscais, a abertura de postos temporários, sem carteira e fora do regime estatutário, é vista como uma saída para enfrentar as demandas em áreas como educação e saúde após a pandemia.

"A questão fiscal não é uma exclusividade do governo federal. Municípios e estados também sentem isso", diz o economista Rodolpho Tobler, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

"Há uma demanda da sociedade por serviços como os de educação e saúde, e muitas vezes os governos não têm de onde tirar. Então, vão para opções de custo menor", acrescenta.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 13 de fevereiro.

Setor de serviços fecha 2022 com alta de 8,3% e bate recorde no Brasil

Estimulado pelo fim das restrições da pandemia, o setor de serviços fechou o ano de 2022 em alta no Brasil e com desempenho superior ao de indústria e varejo. O crescimento acumulado de serviços foi de 8,3%, informou nesta sexta-feira (10) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado colocou o segmento no patamar recorde da série histórica, iniciada em 2011. O setor também ampliou a distância em relação ao nível pré-pandemia. Ficou 14,4% acima de fevereiro de 2020, período anterior à crise sanitária.

O ano passado trouxe o segundo crescimento consecutivo de serviços. Em 2021, o setor até havia subido mais (10,9%), mas sob influência da base de comparação fragilizada após o tombo de 2020 (-7,8%).

Em 2023, os juros altos e o fim do estímulo da reabertura são vistos como fatores com potencial de limitar o desempenho de serviços.

Ele lembra que os juros altos inibem tanto a propensão das empresas a investimentos em serviços quanto o poder de consumo das famílias.

A inflação também preocupa analistas. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de serviços acelerou de 0,44% em dezembro para 0,60% em janeiro, segundo dados divulgados pelo IBGE na quinta (9).

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de fevereiro.

Diesel cai 1,1% nos postos com primeiros repasses do corte nas refinarias

O corte do preço do diesel nas refinarias da Petrobras, vigente desde esta quarta-feira (8), ainda não chegou totalmente aos postos, segundo a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O diesel S-10 foi vendido esta semana ao preço médio de R\$ 6,32 por litro, queda de 1,1%, ou R\$ 0,07 por litro, em relação à semana anterior. O corte da Petrobras foi de 7,8% e, considerando a mistura de 10% de biodiesel, representaria uma repasse de R\$ 0,35 por litro.

Os dados são coletados pela ANP nos primeiros dias da semana, o que pode distorcer a percepção do repasse. "A chegada dos novos valores ao mercado dependem principalmente dos repasses das distribuidoras", disse na quarta o Paranapetro, que representa os postos do Paraná.

"Em aumentos anteriores, as companhias distribuidoras repassaram elevações de preço com grande agilidade aos postos, muitas vezes de imediato, e até com valores superiores ao divulgado pela Petrobras", completou.

O preço da gasolina caiu 0,8%, após uma semana de alta com repasses do aumento de 7,4% anunciado pela estatal no fim de janeiro. Esta semana, o preço médio nacional ficou em R\$ 5,08 por litro.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 11 de fevereiro.

Preço médio da gasolina cai 0,8% nos postos na 2ª semana de fevereiro, diz ANP

O preço médio da gasolina nos postos de abastecimento do País caiu 0,8%, para R\$ 5,08 por litro na semana que vai de 5 de fevereiro a 11 de fevereiro. Na semana anterior, esse preço era de R\$ 5,12. Os dados foram publicados na noite de sexta-feira, 10, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O movimento indica acomodação de preços ante o aumento da semana imediatamente anterior, de 3%, então ligado a repasses do aumento de 7,4% praticado pela Petrobras em suas refinarias a partir de 25 de janeiro. Duas semanas depois, os efeitos do reajuste da Petrobras já foram totalmente absorvidos pelo varejo.

Após o solavanco da semana passada, a queda de momento pode ser explicada por ajuste de mercado ligado à competição entre varejistas.

Uma delas, o preço de refinarias privadas, puxado pela Refinaria de Mataripe (BA), da Acelen, que responde por 14% do mercado brasileiro, ficou estável esta semana. Já o etanol anidro, que representa 27% da mistura do combustível, viu o preço subir 1,78% na semana até hoje (10), para R\$ 3,13 por litro, nas usinas de São Paulo. A medição é do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura da USP (Cepea/Esalq-USP). Foi a terceira alta semanal seguida do etanol anidro.

Saiba mais em: A Tribuna, domingo 12 de fevereiro.